

A política de integração passiva brasileira ao capitalismo globalizado com seu projeto de reestruturação econômica e do Estado, como os realizados anteriormente quer pelos países da América Latina, quer dos outros continentes (México, Peru, Argentina, Tigres Asiáticos, Rússia), continua na rota do fracasso e da crise econômica e social pelos outros já apresentados.

Semelhante a todos esses países citados, o Brasil depende da hipótese de manutenção das condições favoráveis na oferta de recursos externos e da confiança dos investidores estrangeiros nos chamados "fundamentos" de nossa economia. O grande problema é que a desconfiança do investidor externo pode se basear tanto em razões concretas e objetivas (dívida interna, dívida externa, etc.) como em razões imaginárias e subjetivas. E mesmo na ausência de razões concretas para uma debandada, a retirada rápida e maciça de aplicações financeiras em determinado país poderá ou a redução dos investimentos que tem possibilitado fechar a conta de capital poderá levar-nos a crise.

No Brasil, a dívida externa e, principalmente, a dívida interna estão apresentando comportamentos por demais preocupantes. O risco brasileiro até recentemente só perdía para os da Argentina, do Equador e da Nigéria. Pior: é maior do que o de países como a Venezuela e a Rússia. O investidor estrangeiro não quer correr riscos com seu valioso dinheirinho. Então, transfere seus dólares para investimentos mais seguros como títulos do Tesouro norte-americano. A quantidade de dinheiro mandada para o exterior dobrou no último mês de maio. (Dimenstein, 2002).

Diante da gravidade, do erro e da péssima opção de política implementada, devemos urgentemente recuperar o atraso resgatando o sentido de nacionalização, defesa do Estado, da economia e da nação, pois a continuidade e aprofundamento desse modelo nos levarão no futuro para uma situação semelhante ou até pior do que a dos argentinos, afinal de contas, o número de miseráveis e desempregados no Brasil era superior aos apresentados pelos argentinos.

Talvez até a globalização e a nossa integração a esse processo sejam condições necessárias. Porém, os exemplos de inserção subordinada dado pelos países em desenvolvimento Latino Americano, pelos países que compunham a União Soviética, e o quadro atual do Brasil nos revelam que devemos controlar esse processo.

Numa atitude diferente e contrária à realizada pelo governo brasileiro, a Índia e, principalmente China, nos apontam com outra saída e alternativa. A China, diferente de todas estas experiências citadas, criou uma forma gradativa de submissão às normas do Deus "mercado". Sem destruir o sistema vigente e nem desmontar o sistema de planejamento tem gradativamente aderido ao processo de globalização e as

regras de mercado, recebendo cada vez mais capital dos países adiantados, tendo até, após duras negociações no Gatt e, depois na OMC, sido admitido no concerto comercial das nações, porém com a condição de uma política de liberalização comercial que levará dez anos.

A China criou lentamente as opções para o sistema de mercado que irá substituindo gradativamente o planejamento. O estado manteve, contudo, o seu importante papel, inclusive com o seu criticado controle político sobre o cidadão. Com essa política econômica, a China tem revelado um crescimento médio de 8% a 9% desde o início dos anos 80.

Assim sendo, se faz urgente que a elite nacional tenham uma visão de nação e de futuro na rota de um verdadeiro DESENVOLVIMENTO SOCIAL NACIONAL. A linha a ser seguida deve priorizar a defesa do interesse interno, dos excluídos e da nação. As próximas eleições, como ato da democracia representa um avanço na busca de opções para nosso país. Mas, mesmo neste contexto a situação não é das melhores.

O professor da UFRJ Reinaldo Gonçalves (2002) estudando o Brasil e o futuro da econômica global conclui que, não só a financeirização aumentou a instabilidade sistêmica, mas também tem tornado cada vez mais limitadas às saídas para a crise do capitalismo global. Nesse mundo globalizado, à medida que o cenário internacional se agrava a situação do Brasil torna-se ainda mais frágil.

**O Brasil apresenta simultaneamente desestabilização macroeconômica, desmonte do aparelho produtivo, esgarçamento do tecido social, deterioração política e institucional e perda de governança com um desempenho que avança rapidamente num processo de "africanização" do país** (Gonçalves, 2002).

Na atualidade, apesar do avanço de algumas propostas de presidencialíveis que chamam a atenção para o problema da vulnerabilidade externa do país (comercial, tecnológica, produtiva, monetária e financeira), os projetos objetivam apenas reformas superficiais e parciais do capitalismo brasileiro.

Pelo apresentado, urge o repúdio da sociedade e da nação ao partido e todos que implementaram esse modelo perverso, anti-social e antinacional de política econômica irresponsável e de "lesa pátria" ●

\*Samuel Costa Filho é professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, Doutorando do Instituto de Economia/UNICAMP.

\*Luis Carlos Rodrigues Cruz "Puscas" é professor Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, Coordenador do Curso de Economia/UFPI, Especialista em Economia Rural.

William Jorge Bandeira\*

O capitalismo se caracteriza pela relação básica entre capital e trabalho. Nesta relação acontece o contrato formal entre empresários e trabalhadores, o qual estabelece direitos e obrigações sobre a utilização pelo empresário da força de trabalho do empregado durante certo período por dia, no estabelecimento do empregador.

Esta relação é mais desenvolvida quando os trabalhadores encontram-se totalmente destituídos de suas condições de existência e só dispõem de sua força de trabalho como alternativa de sobrevivência e, portanto, estão plenamente dependentes do capitalista, pois só este último tem interesse em comprar sua força de trabalho. Se, no caso da zona rural, as famílias dispuserem de terras suficientes para produzir e prover sua subsistência, dificilmente se forma um mercado de trabalho agrícola, limitando o desenvolvimento de relações capitalistas no campo.

É aí que aflora a face cruel do capitalismo, pois, para garantir sua existência é necessário a expropriação dos produtores independentes, estabelecendo-se um regime especial de propriedade privada, onde somente os capitalistas podem ser proprietários dos meios de produção, embora o estabelecimento de relações capitalistas represente avanço notável da produtividade no campo, à medida que possibilita a introdução de tecnologias modernas na produção agropecuária, além de elevar o nível de capacitação dos próprios trabalhadores.

Na área urbana, as relações capitalistas são ainda mais claramente evidentes, embora sejam desenvolvidos mecanismos de sobrevivência informais (fora das relações capitalistas) que, muitas vezes, representam formas precárias de vida em face da insuficiência de empregos formais para todos àqueles que procuram trabalho. Essa insuficiência de postos de trabalho formais pode ser indício de baixo desenvolvimento econômico ou, ainda, uma inadequação na alocação dos recursos disponíveis, em que a tecnologia se caracteriza por baixa intensidade no emprego de mão-de-obra, convivendo com forte crescimento populacional.

O mercado de trabalho no Piauí se caracteriza por apresentar forte componente informal em face do pouco grau de desenvolvimento capitalista, sobretudo no campo, embora na área urbana o emprego informal seja muito alto. A população

# O DE TRABALHO NO PIAUÍ

total em 1998, ultrapassava os 2.700.000 pessoas, com 1.590.000 residentes nas áreas urbanas, logo, representando 58,8% do total, com taxas de crescimento anual da ordem de 2,5%. A população rural apresenta taxas de crescimento negativas nos anos 90.

A PEA (população economicamente ativa) girava em torno de 1.290.000 pessoas em 1998. As pessoas ocupadas eram cerca de 1.237.000, percentual de 95,9% da PEA. A PEA cresceu entre 1992/98 a uma taxa média de 2,4% anualmente, o que significa grande pressão ao sistema econômico em termos de geração de novos postos de trabalho.

O setor agropecuário ainda aparece com o maior índice de ocupação da PEA estadual, embora com participação decrescente. Saiu de uma participação de 51,3% em 1992 para 46,8% em 1997. Em segundo lugar, vem o setor serviços com participação de 26,8% em 1997, seguido pelo comércio de mercadorias com 10,1%. A indústria de transformação contribuía com apenas 4,4%, atrás da indústria da construção com o índice de 5,9%.

Essa composição do nível de ocupação denota uma natureza ainda incipiente das relações capitalistas no Estado, sobretudo quando se verifica uma forte participação da agropecuária, a qual ainda tem relações não capitalistas como predominantes, refletidas na grande participação das unidades de subsistência e da presença marcante do latifúndio.

Para aprofundar um pouco essa afirmativa. O percentual de empregados na PEA era, em 1997, de apenas de 32,6%. Somadas as categorias de "empregados domésticos", "conta própria", "produção para autoconsumo", tem-se o percentual de 49,4%, sem contar que muitos empregados se encontram em pequenas empresas do setor informal e, grande parte deles não contribui para a previdência privada, engrossando, portanto, o setor informal.

Nesta altura vale a pena se fazer uma comparação de algumas variáveis do mercado de trabalho no Piauí com a média brasileira, o que contribui para relativizar um pouco a situação estadual.

No Brasil o número de pessoas ocupadas em 1998, segundo o IBGE (PNAD), era de 69,97 milhões, com cerca de 59,490 milhões com rendimento, representando 85% do total. O Piauí apresentava no mesmo

ano, 1,229 milhões de pessoas ocupadas com cerca de 847,541 mil pessoas com rendimento, dando um índice de 68,9% do total das pessoas ocupadas.

Comparando o salário médio entre Brasil e Piauí, verifica-se outro contraste. No Brasil o salário médio das pessoas ocupadas, em 1998, era de R\$ 533,00, enquanto no Piauí o mesmo alcançava o nível de R\$ 250,00. A massa salarial mensal no Brasil era de 31,7 bilhões de reais, no Piauí esse número era de apenas 211,8 milhões de reais, cerca de 0,67% do total nacional. Esses números dão bem a medida do tamanho da economia piauiense.

No Brasil, em 1998, o percentual de trabalhadores que contribuía com a previdência era de 44%, enquanto no Piauí esse índice era de apenas 18,8%. O que significa que mais de 80% dos trabalhadores no Piauí vivem em situação precária, sem a segurança da previdência e outros benefícios sociais. A composição da força de trabalho por atividades econômicas apresentava diferenças marcantes. No Brasil era de apenas 23,4% os trabalhadores na agropecuária, enquanto no Piauí esse percentual era de 49,1%. O setor industrial (incluindo construção civil) empregava 20,1% no Brasil e somente 10,9% no Piauí.

*"No Brasil, em 1998, o percentual de trabalhadores que contribuía com a previdência era de 44%, enquanto no Piauí esse índice era de apenas 18,8%. O que significa que mais de 80% dos trabalhadores no Piauí vivem em situação precária, sem a segurança da previdência e outros benefícios sociais."*

Comércio e serviços juntos, respondiam no Brasil por cerca de 56,6% da ocupação da força de trabalho. No Piauí esse percentual era de 40%. No Brasil, o percentual de pessoas empregadas era de 54,97%, enquanto no Piauí esse índice era de apenas 31,5%. A soma de pessoas ocupadas em trabalhos fora do setor formal (domésticos + conta própria + não remunerados + trabalho para uso próprio + construção para uso próprio) alcançava no Brasil o índice de 40,8%, no Piauí esse índice era de 66,67%.

Para completar o quadro, as condições educacionais do trabalhador piauiense são bem mais precárias do que a média brasileira, a qual já é bastante baixa quando se compara com parâmetros internacionais. No Brasil, o percentual de analfabetos, de pessoas acima de 10 anos de idade, era em 1998, de 14%, enquanto no Piauí esse índice era de 32,8%. Pessoas com 1 a 3 anos de escolaridade era no Brasil de 19,2%, no Piauí alcançava 26,1%. Pessoas com escolaridade acima de 8 anos, representavam no Brasil 23,7%, enquanto no Piauí chegavam a apenas 13,9%. Pessoas com escolaridade acima de 15 anos era no Brasil de 4,3%, no Piauí era apenas 1,97%.

Portanto, a análise do mercado do trabalho no Piauí revela o baixo índice de desenvolvimento de relações capitalistas. No campo ainda predominam relações técnicas de produção rudimentares dentro das unidades produtivas de subsistência e dos latifúndios, nestes últimos as relações mais comuns são os "contratos" de parcerias e/ou de pequenos arrendamentos. As unidades mais capitalizadas se resumem a no máximo 15% do total de estabelecimentos. Por isso, a produção agropecuária ainda é insuficiente para atender a demanda urbana, sem falar na deficiência de qualidade.

O setor industrial é composto por mais de 97% de empresas com menos de 20 empregados. Não ha nenhuma integração inter-setorial, as empresas atuam isoladamente, dependentes de insumos e matérias-primas de fornecedores de outros estados

O resultado final revelado pelos indicadores analisados é um mercado consumidor altamente limitado, índices de pobreza acima da média brasileira, alto nível de informalidade na economia, baixa capacidade de arrecadação tributária e previdenciária, limitando o poder de gastos e de investimentos autônomos do Governo, reproduzindo, assim, a dependência do estado e dos municípios a transferências federais, as quais são comprometidas com pessoal e a manutenção da máquina administrativa, o que leva a zerar a capacidade de pagamento para obter empréstimos e participar com contrapartidas de programas federais ●

\*William Jorge Bandeira é professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, Doutor em Economia pela UNICAMP/SP, Consultor da WJB-Consultoria & Projetos Ltda